

—★ continuação

8. Imobilizado:		2009		2008	
	Taxa Depr.%	Custo	Depr. acum.	Líquido	Líquido
Terrenos		220	—	220	220
Edificações e benf.	4%	121.158	(6.501)	114.657	112.582
Reserv. e adutoras	2%	179	(4)	175	179
Subestação	2,5%	30.589	(925)	29.664	30.334
Máq. e equiptos	3%	18.828	(747)	18.081	17.771
Móveis e utens.	10%	131	(30)	101	102
Equip. e proc. Eletr.20%		104	(50)	54	67
Equip. e proc. hidráulicos	10%	2.137	(474)	1.663	1.923
Automot./Embarc.	10%	473	(65)	408	455
Imob. em curso		—	—	—	6.053
Outros	10%	136	(21)	115	123
		173.955	(8.817)	165.138	169.809

9. Diferido: Os saldos são representados por:

	2009		2008	
	Amortiz. Custo	acum. Líquido	Líquido	Líquido
Despesas de organização e administração	23.077	(6.098)	16.979	13.850
Despesas financ. - líquidas	—	—	—	7.694
Projetos e avaliações	4.843	(1.263)	3.580	4.548
	27.920	(7.361)	20.559	26.092

A amortização dos ativos diferidos se dará pelo prazo de cinco anos, com início no mês de outubro de 2008, quando começaram as atividades da Companhia.

10. Empréstimos e Financiamentos:

Modalidade	Enc. financ.	2009	2008
Abert. de crédito - BNDES	TJLP	115.933	128.903
Banco Bradesco S.A.	Juros 6,1% a.a.		
- capital de giro	+ Reajuste CDI	25.999	—
Banco Bradesco S.A.	Variação de 125%		
- capital de giro	do CDI	—	37.099

Passivo circulante	141.932	166.002
Passivo não circulante	33.882	49.528
	108.050	116.474

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por alienação fiduciária de máquinas e equipamentos, garantidos por ações de propriedade da empresa controladora Mafe Energia e Participações S.A. de emissão da Curuá Energia S.A. e, ainda, dos direitos creditórios de que é titular, provenientes: i. Do contrato de compra e venda de energia elétrica - CCVE VPMI 082/2004, celebrado em 20 de dezembro de 2004 e subseqüentes aditivos. ii. De todos os valores a serem recebidos pela beneficiária, da Eletrobrás, a título de rateio da conta CCF - Consumo de Combustíveis Fósseis. O principal da dívida será pago em 120 (cento e vinte) prestações mensais e sucessivas vencendo-se a primeira prestação em 15/11/2008 e término em 15/10/2018, segregados no passivo circulante e não circulante. Os vencimentos anuais classificados a longo prazo, em 31 de dezembro de 2009, são os seguintes:

Vencimentos	2009
2010	—
2011	23.593
2012	15.661
2013	11.897
2014 em diante	56.899
	108.050

11. Fornecedores: A rubrica é composta por fornecedores vitais para operação da Companhia, como, fornecedores de petróleo, prestação de serviço de engenharia, empreiteiras de engenharia, fornecedores de materiais, máquinas e equipamentos elétricos. **12. Obrigações Tributárias:** Os impostos e contribuições a recolher, inclusive aqueles decorrentes de retenções, estão assim compostos no passivo circulante, onde foram registrados os juros e atualizações até 31/12/2009 decorrentes dos impostos pendentes de pagamento.

	2009	2008
ICMS retido a recolher	113	—
INSS retido a recolher	538	515
IRRF a recolher	138	28
IRRF s/autônomo e pro-labore	12	9
IRRF s/salário	—	7
ISS retido a recolher	136	273
Retenções - Lei 10.833/03	450	160
Juros e atualizações de impostos	163	—
	1.550	992

13. Provisão para Contingências: De acordo com as informações dos Assessores Jurídicos da Companhia, atualmente

Filadelfo dos Reis Dias - Diretor Presidente, RG: 152.052 SSP-MT, CPF: 047.942.901-44

Parcer dos Auditores Independentes: Aos Diretores e Acionistas da **Curuá Energia S.A.** - Altamira - PA - **1.** Examinamos os balanços patrimoniais da **Curuá Energia S.A.**, levantados em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis. **2.** Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: **a)** o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; **b)** a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e **c)** a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **3.** Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da **Curuá Energia S.A.** em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e seus fluxos de caixa, referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **4.** A Companhia possui valores a receber e a pagar junto a partes relacionadas, registrados no ativo e passivo não circulante. As transações com partes relacionadas são efetuadas em condições definidas entre elas. As realizações e as liquidações dos valores envolvidos dependerão da geração de recursos em montante suficiente pelas partes. Campo Grande, 14 de abril de 2010. **Marcello Palamartchuk** - Sócio-Contador - CRC 1PR049038/O-9 "S" PA; **Gilberto de Souza Schlichta** - Diretor - CRC 1PR035508/O-5 "S" PA.

IBDO**BDO Auditores Independentes** - CRC 2SP013439/O-5 "S" PA

existem somente ações trabalhistas que puderam ser classificadas em seu julgamento de êxito nos pleitos. Sendo assim, foi avaliado que o montante dos processos classificados como "Prováveis de perda" é de R\$ 15, já provisionados contabilmente.

2009
Provisão para contingências processo 00602.2009.041.23.003.3
15

14. Patrimônio Líquido: a. Capital social: O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$9.066 (idem em 2008), e está representado por 9.066 (idem em 2008) de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A composição acionária está distribuída da seguinte forma:

	%	2009
Mafe Energia e Participações S.A.	99%	8.975
Mara Daisy Gil Dias	1%	91
	100%	9.066

b. Política de dividendos: Observado o disposto no artigo 17, I, da Lei nº 6.404/76, aos acionistas é assegurado o direito de receber um dividendo anual obrigatório não inferior a 5% (cinco por cento) do lucro líquido apurado no exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: **1.** Quota destinada à constituição de reserva legal. **2.** Importância destinada à formação de reservas para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores. **3.** Lucros a realizar transferidos para a respectiva reserva e lucros anteriormente registrados nessa reserva que tenham sido realizados no exercício. Observadas as disposições legais pertinentes, a Companhia poderá pagar a seus acionistas, por deliberação da assembléia geral, juros sobre o capital próprio, os quais poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório. **c. Ajuste de exercícios anteriores:** Os Ajustes de exercícios anteriores, são decorrentes da retificação do saldo de depreciação que foram calculados à uma taxa de 10% para os itens de máquinas e equipamentos, e de acordo com a Resolução ANEEL nº 015, de 24 de dezembro de 1997, e a Portaria DNAEE nº 815, de 30 de novembro de 1994 a taxa desses itens é 3%. As taxas anuais estão determinadas na tabela anexa às Resoluções ANEEL nº 02, de 24 de dezembro de 1997, e nº 44, de 17 de março de 1999. Foram retificados ainda, os valores da depreciação que, estavam calculados, considerando os créditos de PIS e COFINS incidentes sobre o imobilizado, o que foi deduzido para correta demonstração.

15. Cobertura de Seguros: A Administração da Companhia, por meio de orientação de consultores de seguros, contratou apólices no sentido de dar total cobertura aos ativos sujeitos a riscos, com definições de montantes julgados suficientes para cobrir eventuais sinistros, de acordo com a natureza das atividades. Os bens, interesses e responsabilidades estão assim segurados:

Descrição	Tipo de seguro	Limite de indenização em R\$	
		2009	2008
Bens/Interesses	Responsabilidade civil	1	6
Responsabilidades	Risco de engenharia	169	51
Total		170	57

16. Demonstração do Ebitda - Informação Adicional:

	2009	2008
Prejuízo do exercício	(2.456)	
(+) Despesas financeiras	15.664	
(+) Depreciação e amortização	12.152	
	25.360	
a. Índice de cobertura do serv. da dívida junto ao BNDES:		
A - Geração de caixa da atividade	24.251	
Ebitda	25.360	
Variação do capital de giro	(1.109)	
B - Conta de Consumo de Combustível - CCC	14.941	
Benefício da Conta Consumo de Combustível	14.941	
C - Serviço da dívida	23.152	
Amortização de principal	12.970	
Pagamento de juros	10.182	

D - Índice de cobertura do serviço da dívida = A+B/C

17. Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro: Os cálculos do imposto de renda e da contribuição social, bem como suas respectivas declarações, quando exigidas, estão sujeitos à revisão por parte das autoridades fiscais em períodos e prazos variáveis em relação à respectiva data do pagamento ou entrega da declaração de rendimentos. **18. Recuperação de Despesas:** Refere-se ao ressarcimento dos custos referentes ao processo 00293 relativo a débitos de ISS com o Município de Altamira - PA, no valor de R\$197. **19. Receita Referente a**

Gisely Ribeiro Dias Campos - Contadora CRC 1MT006979/O-0 "S" PA, CPF: 651.416.791-87

Doações e Subvenções para Investimentos: O Saldo registrado na conta de Receitas a título de Doações e Subvenções para investimento refere-se ao enquadramento da Companhia conforme Resolução autorizativa nº 322 de 19/09/2005 à sub-rogação dos benefícios do rateio da Conta de Consumo de Combustível - CCC. O valor do investimento a ser considerado para fins de cálculo do benefício da sub-rogação da CCC será reembolsado mensalmente em parcelas correspondentes à energia comercializada com a concessionária conforme o disposto no artigo 3º da Resolução Normativa nº 146 de 14/02/2005 pela Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobrás e serão definidas tantas parcelas quanto necessário para que seja atingido o montante total reconhecido e aprovado, em reais, sendo a última parcela igual ao saldo remanescente. De acordo com o artigo 16 da Lei nº 11.941/2009, alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09 que modificou o critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício definido no artigo 191 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica sujeita ao Regime Tributário Transitório - RTT; devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. A Companhia optou pelo RTT, portanto, os valores registrados nesta conta de doações e subvenções para investimentos não estão sujeitos à tributação. **20. Instrumentos Financeiros:** Os valores de mercado estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de mercado mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de mercado estimados. A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

a. Gerenciamento de riscos: O principal fator de risco de mercado que afeta o negócio da Companhia pode ser considerado como: **• Risco de crédito:** Esses riscos são administrados por normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente. **b. Composição de saldos:** Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2009 estão identificados a seguir:

	Saldo contábil	Valor de mercado
	(não auditado)	
Disponibilidades	6.143	6.143
Clientes	6.600	6.600
Fornecedores e empreiteiros	5.246	5.246
Empréstimos e financiamentos	141.932	141.932
	159.921	159.921

c. Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado: **• Disponibilidades:** Os saldos em conta-corrente e aplicações financeiras mantidos em bancos têm seus valores de mercado próximos aos saldos contábeis.

• Contas a receber: O saldo de contas a receber tem seus valores de mercado próximos aos saldos contábeis pela sua natureza de curto prazo. **• Derivativos:** A Companhia tem como política a eliminação dos riscos de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações das taxas de câmbio de curto prazo e operando apenas instrumentos que permitam controles destes riscos. De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia não tem efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. **21. Eventos Subseqüentes:** Com o advento da Lei nº 11.638/07, que atualizou a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil para as normas internacionais de contabilidade (IFRS), novas normas e pronunciamentos, interpretações e orientações foram emitidos durante o ano de 2009 com a aplicação mandatória para os exercícios encerrados a partir de dezembro de 2010 e para as demonstrações contábeis de 2009 a serem divulgadas em conjunto com as demonstrações de 2010 para fins de comparação. A Administração da Empresa está em processo de avaliação dos potenciais efeitos relativos aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.